

**SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE – SNJ**  
**CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE**  
**25ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**06 E 07 DE JUNHO DE 2011**

**ATA**

1 Aos seis dias do mês de junho dois mil e onze, reuniram-se os Conselheiros e  
2 Conselheiras do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, para realizar a  
3 25ª Reunião Ordinária, sob coordenação do senhor Gabriel Medina, presidente  
4 do Conselho Nacional de Juventude. **Estiveram presentes.** O Sr. Gabriel  
5 Medina – *Presidente do Conselho Nacional de Juventude*; Sra. Ângela Cristina  
6 Santos Guimarães - *Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude*; Sra.  
7 Severine Macedo – *Secretária Nacional de Juventude/SNJ*; Sr. Sr. Max Dias –  
8 *Rede Fale*; Sr. David Almeida – *Centro de Apoio a Mães de Portadores de*  
9 *Deficiência/CAMPE*; Sr. Antônio Felipe de Almeida Gonçalves – *União dos*  
10 *Escoteiros do Brasil/UEB*; Sra. Rebeca Ribas – *Instituto Aliança com o*  
11 *Adolescente/IA*; Sr. Euzébio Jorge Silveira de Souza – *Centro de Estudos e*  
12 *Memória da Juventude/CEMJ*; Sra. Elisangela Lizardo de Oliveira – *Associação*  
13 *Nacional de Pós-Graduandos/ANPG*; Sr. Nilton Lopes – *Comunicação*  
14 *Interativa/CIPÓ*; Sra. Juana Nunes Pereira – *Ministério da Cultura/MinC*; Sra.  
15 Káthia Dudyk – *Instituto Paulo Freire/IPF*; Sr. Ismênio Bezerra – *Fórum*  
16 *Nacional de Gestores de Juventude*; Sra. Keila Chaves – *Centro de Apoio a*  
17 *Mães de Portadores de Deficiência/CAMPE*; Sr. Alessandro Melchior Rodrigues  
18 – *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais/*  
19 *ABGLTT*; Sra. Luciana Martinelli – *Agência de Mobilização Social/ARACATI*;  
20 Sr. Sérgio Freitas – *Junta de Mocidade da Convenção Batista*  
21 *Brasileira/JUMOC*; Sr. Alexandre Piero – *Pastoral da Juventude*; Sr. Sidnei de  
22 Argolo – *Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu/ACBANTU*;  
23 Sr. Pedro Grabois – *Aliança Bíblica Universitária do Brasil*; Sr. Emerson Silva  
24 Gomes – *Força Sindical*; Sra. Adriane Goldoni – *Ministério do Meio*  
25 *Ambiente/MMA*; Sr. Jobert Andrade – *Juventude do Partido Socialista*  
26 *Brasileiro/JSB*; Sra. Fernanda Rodrigues – *Fórum Brasileiro de ONGs e*

27 *Movimentos Sociais/FBOMS*; Sr. Josbertini Virgínio – *Comunidade*  
28 *Empreendedora de Sonhos/CES*; Sr. Paulo Vinícius – *Central dos*  
29 *Trabalhadores do Brasil/CTB*; Sr. Marc Emmanuel Souza – *Juventude do*  
30 *PMDB/JPMDB*; João Alves de Souza Junior – *Secretaria de Direitos Humanos*  
31 *da Presidência da República/SDH/PR*; Sr. Bruno Vanhoni – *Assessor da*  
32 *Secretaria Nacional de Juventude/SNJ*; Sr. Alexandre Reis – *Ministério do*  
33 *Desenvolvimento Social/MDS*; Sra. Thereza Lamare – *Ministério da Saúde/MS*;  
34 Sr. Raniere Nunes – *União dos Legislativos e Legisladores/Deputado pelo*  
35 *PSC*; Sr. José Eduardo e Sra. Diva. **Abertura:** No início, o senhor Gabriel  
36 Medina cumprimentou a todos e todas e deu início à reunião. Agradeceu a  
37 presença dos convidados e das pessoas que não faziam parte do Conselho,  
38 mas que estavam lá para o lançamento da Conferência. Saudou o senhor  
39 Valdemir, Secretário Nacional da Juventude do PT, agradecendo sua presença.  
40 Fez a leitura da ata para aprovação dos presentes e revelou que estavam  
41 tendo problemas com a vinda dos conselheiros e conselheiras devido a  
42 algumas dificuldades que estavam enfrentando com a Secretaria, somado ao  
43 fato, esclareceu que o Conselho teve uma agenda intensa durante a semana  
44 devido à reunião realizada com o Comitê Executivo da Conferência e da Mesa  
45 Diretora. Após as justificativas, o presidente iniciou os informes, que já havia  
46 alguns inscritos, sendo que um dos inscritos falaria a respeito de um seminário  
47 sobre drogas que iria ser realizado com a SENAD. Outro informe seria sobre  
48 comunidades e povos tradicionais. Informou que colocariam moções para  
49 aprovação, a primeira delas era a questão dos livros didáticos do MEC, que  
50 sofreram um grave ataque da direita pela utilização de linguagem formal e não  
51 formal, que posteriormente apresentariam a moção sobre o assunto. A  
52 segunda moção que trataria da questão das bolsas de estudo que foi uma  
53 movimentação que a ANPG fez para que se pudesse manter as bolsa dos pós-  
54 graduandos e mestrandos, explicou que leria a Resolução, que foi uma  
55 Resolução do CNPq e da CAPES de cortar bolsas de quem tinham vínculo de  
56 trabalho. Uma terceira nota dizia respeito ao Kit Anti-Homofobia e uma quarta,  
57 que seria mais uma Resolução a respeito do Pró-Jovem. Continuou informando  
58 sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, a pedido do MMA. Sugeriu que após os  
59 informes e as falas dos inscritos, parassem para o almoço e retornariam com a  
60 presença a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, para dar um

61 informe sobre o PPA. Prosseguiu falando sobre a discussão que aconteceu na  
62 reunião Inter Conselhos onde foi debatido o PPA e foi solicitada a presença da  
63 Secretária, o Ministro ainda não havia confirmado, teriam um debate e logo  
64 após, fariam os informes da 2ª Conferência Nacional de Juventude, que  
65 estavam sendo produzidas as duas atas de reunião da CON e as duas atas de  
66 reunião do Comitê Executivo para socialização e por fim, o encerramento do  
67 dia. Não havendo nenhuma contestação quanto aos informes do primeiro dia, o  
68 presidente passou para o segundo dia dizendo que iriam debater sobre o Plano  
69 Nacional de Banda Larga, que como havia uma grande discussão em torno do  
70 assunto, achava importante afirmar uma posição do Conselho na defesa do  
71 Plano Nacional de Banda Larga, com caráter público, universalizante, que  
72 pudesse combater assimetrias, que promovesse inclusão digital da juventude  
73 brasileira. Como iam realizar um debate, já teriam os debatedores confirmados,  
74 o Deputado Federal Nilton Lima, da Comissão de Ciências e Tecnologia, e o  
75 presidente da Subcomissão de Banda Larga; o representante do Ministério das  
76 Comunicações, Arthur Coimbra; e também a representante do Interozes, a  
77 senhora Carolina Ribeiro, que coordenava uma campanha da Sociedade Civil,  
78 “Banda larga Um Direito Seu”. Lembrou ainda que os debates do Plano  
79 Nacional de Banda Larga e também o lançamento da Conferência seriam  
80 transmitidos ao vivo pela internet, que as pessoas que estivessem com o  
81 computador, com Twitter pudessem ajudar na divulgação e na multiplicação  
82 daquela iniciativa, que era bastante importante. Continuou comunicando que  
83 fariam uma parada para o almoço e logo após fariam o lançamento da 2ª  
84 Conferência Nacional de Políticas de Juventude, que já tinham algumas  
85 presenças confirmadas de Ministros, Deputados, Senadores, da Secretaria  
86 Geral da Presidência, da Secretaria Nacional de Juventude e de gestores  
87 estaduais e municipais, como também de alguns presidentes de Conselhos  
88 Estaduais, que era uma presença bastante significativa para o lançamento, e  
89 que havia sido um grande esforço da Comissão Organizadora Nacional, da  
90 Secretaria do Conselho para fazerem um bom lançamento da Conferência e  
91 depois do lançamento, o encerramento. Após a comunicação da pauta do  
92 segundo dia, e não havendo contestação, o presidente deu por aprovada toda  
93 a pauta da reunião e em seguida, convidou o senhor Pedro para dar um  
94 informe sobre o seminário de drogas e aproveitou para abrir inscrições para

95 outros informes. O senhor Pedro cumprimentou a todos e iniciou sua fala  
96 comentando sobre a questão da interlocução do CONJUVE com a SENAD,  
97 Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. Disse que no final do ano de  
98 2010 houve um dia de debates sobre a questão das drogas, e que foi aprovada  
99 uma Resolução e a partir disto surgiu uma série de articulações com a SENAD  
100 para fazer um seminário sobre políticas de drogas e juventude. Ficou um grupo  
101 pequeno à frente dessa interlocução e que estavam naquele momento  
102 presentes para prestar contas da referida ação. Informou ainda que pensaram  
103 em fazer o seminário em junho, mas devido uma série de problemas isso não  
104 seria possível, porém, dia 26 de junho era o Dia Internacional Antidrogas, para  
105 celebrar o sucesso da política de drogas no mundo inteiro, um dia que a ONU  
106 estipulou e por conta disso haveria uma série de eventos e seria bom se a  
107 SENAD fizesse ao menos uma atividade, já que não seria possível realizar o  
108 seminário nesta data. Revelou que havia o indicativo de em outubro ou até o  
109 final do ano, realizarem o seminário que seria muito importante. O presidente  
110 Gabriel Medina complementou dizendo que tiveram muitos problemas para  
111 realizarem o seminário em junho muito mais por conta da SENAD que estaria  
112 passando por um processo de transição grande, que já tinham proposta de  
113 programação, os conselheiros e conselheiras do CONJUVE estavam bastante  
114 ativos e com todas as propostas encaminhadas para que pudessem realizar, a  
115 grande dificuldade foi a possibilidade de relação com a SENAD. Que a  
116 atividade do 20 de junho tomava uma dimensão importante porque teria a  
117 presença da Presidenta, por esse motivo, revelou que seria estratégica a  
118 presença do Conselho na atividade porque, de certa forma, diretrizes e linhas  
119 políticas iriam ser afirmadas e construídas ali. Informou ainda que tiveram no  
120 último período, a intensificação de Marchas da Maconha em todo o Brasil, que  
121 era importante registrar no Conselho e dizer que não tinham uma posição  
122 formal sobre a defesa da legalização ou não da Maconha, mas de qualquer  
123 maneira era muito possível que o Conselho indicasse, até pensarem em  
124 posições que defendessem a liberdade de manifestação e expressão da  
125 juventude que tinham apanhado da polícia por apenas quererem manifestar  
126 uma opinião sobre o assunto, que a posição de lutar contra a criminalização do  
127 movimento, da Marcha da Maconha, dos companheiros e companheiras  
128 antiproibicionistas era uma posição bastante razoável que deveriam assumir

129 pelo direito de manifestação e expressão de uma política que era legítima,  
130 independente, que poderiam ter opiniões diferentes sobre o tema, mas a  
131 posição de liberdade, que queria prestar solidariedade ao movimento da  
132 Marcha da Maconha que tinham construído uma luta interessante, colocado a  
133 juventude na rua para defender uma causa louvável. Em seguida, comunicou  
134 que a reunião estava sendo gravada, que passaria por uma transcrição e  
135 transformada em ata, e que era um a conquista do Conselho, já que estavam  
136 conseguindo formalizar os registros da reunião. Logo após, passou a palavra  
137 para o senhor Max. O senhor Max Dias cumprimentou a todos e todas e  
138 informou que no dia 14 de maio em Vitória, no Espírito Santo, foi lançada uma  
139 frente da Sociedade Civil com cerca de 50 entidades da Sociedade Civil, em  
140 defesa das políticas públicas de juventude, por conta das últimas questões que  
141 ocorreram em Vitória, especificamente, que vinham ocorrendo rotineiramente  
142 no Espírito Santo. A frente lançou uma nota e foi realizada uma reunião e o  
143 pessoal da frente pediu para que na reunião ordinária fizesse a leitura da nota,  
144 inclusive por conta também de constar em ata, é algo que era representativo  
145 demais para a juventude do Espírito Santo. A pedido do presidente Gabriel  
146 Medina, o senhor Max comunicou o título da nota que seria “Frente em Defesa  
147 das Políticas Públicas de Juventude no Espírito Santo contra a violência e  
148 repressão do Governo do Estado no trato com o Movimento Social”, em  
149 seguida, leu a nota. Por fim, lembrou que no dia 14 de maio, no lançamento da  
150 frente, faria um agradecimento público, a senhora Severine Macedo que enviou  
151 uma carta saudando o início da frente, então na pessoa da Sra. Ângela queria  
152 saudar e agradecer muito o apoio dado pela Secretaria Nacional de Juventude.  
153 O presidente agradeceu o senhor Max e passou a palavra para o senhor David.  
154 O senhor David cumprimentou a todos e todas e disse que queria dar um  
155 informe sobre o Movimento PNE que estavam visitando interiores, nas diversas  
156 temáticas que envolvia a questão da educação, inclusive a educação no campo  
157 e a educação infantil. Informou que na semana anterior houve uma atividade no  
158 PNE onde foi debatida a questão da educação inclusiva, que estavam também  
159 na luta do PNE por fazer parte da Campanha Nacional Pelos Direitos à  
160 Educação e do Comitê Ceará. Revelou que foi à audiência CONJUVE e que  
161 praticamente quebraram o protocolo da Câmara Federal porque não poderia ter  
162 intervenções da sociedade civil, só dos parlamentares, mas com a concessão

163 de um deputado do Ceará, ele pôde falar sobre a educação inclusiva. O  
164 presidente Gabriel Medina retomou a palavra, agradeceu ao senhor David e  
165 informou que haviam colocado a referida matéria no site do Conselho, a  
166 participação do CAMPE no debate sobre o PNE e principalmente sobre a  
167 questão da educação inclusiva e que mais uma vez o Conselho também  
168 reforçava uma das suas prioridades do ano que era discutir o Plano Nacional  
169 de Educação, respeitando a diversidade de organizações e pautas políticas do  
170 Conselho, que era muito importante reforçar o caráter da pluralidade e da  
171 diversidade do Conselho Nacional de Juventude, conseguindo espaço em  
172 debates específicos que estavam sendo feitos sobre emendas ao PNE e sobre  
173 temas importantes. Em seguida, deu a palavra ao senhor Antônio. De posse do  
174 turno da fala, o senhor Antônio Felipe de Almeida Gonçalves cumprimentou a  
175 todos e todas e informou que a CAP participou há duas semanas  
176 representando o Conselho no Fórum Interconselhos do Plano Plurianual e que  
177 preparou um documento que seria divulgado, estava no e-mail, que o teor do  
178 documento era ponto de pauta, que havia algumas críticas ao modelo, a forma  
179 como foi feito porque faltou informação para que se pudesse realmente  
180 contribuir e ficou algo muito vago. Disse que quando todos recebessem o  
181 documento, poderiam comentar, e contribuir para que se pudesse dar um  
182 passo à frente, na questão. Disse que foi interessante chamar a sociedade civil,  
183 que pela primeira vez estaria discutindo a questão da integração entre as  
184 políticas, mas que não iriam discutir o assunto naquele momento, porque  
185 esperariam um resultado mais concreto. O presidente Gabriel Medina reforçou  
186 a leitura ao senhor Antônio. O senhor Antônio justificou a impossibilidade de ler  
187 o documento naquele momento porque não estava conseguindo abrir no  
188 computador. O presidente compreendeu e explicou que pela centralidade do  
189 tema e a importância, como o PPA, era importante que se afirmasse as  
190 posições de forma bastante precisa sobre o processo. Que era importante  
191 saudar a iniciativa do Governo no processo de abertura de diálogo com os  
192 Conselhos, inclusive tentando criar uma transversalidade maior entre as  
193 pautas, mas era preciso avançar muito no que se referia à democracia  
194 participativa no Brasil. Era uma posição que o Conselho Nacional de Juventude  
195 tinha que afirmar e explicitar porque o PPA era o primeiro processo de  
196 definição política mais importante que o Governo tinha, se as coisas não

197 entravam no PPA depois não adiantava reivindicar. Precisavam ter as  
198 emendas, porque a política dependia disso, que o Governo havia mudado a  
199 metodologia, isso dificultou também o entendimento, o processo de  
200 qualificação para participação da nova metodologia, houve uma confusão entre  
201 a emenda, entre a construção do PPA da Secretaria e o PPA do Governo que  
202 também atrapalhou o entendimento. O presidente comunicou que teriam um  
203 tempo para debater o assunto no período da tarde, com a presença da senhora  
204 da Severine que contribuiria para o processo. Destacou que as dificuldades  
205 exigiam de todos, um posicionamento muito firme no que se referia à  
206 importância da participação da sociedade civil nos espaços de decisão  
207 fundamentais da política de Estado, que tinham que indicar para que outros  
208 processos fossem aprofundados e amadurecidos para que pudesse incidir de  
209 fato nas políticas públicas. Com iniciativas como o Orçamento Participativo  
210 Federal, outras propostas que poderiam ser de democratização do debate  
211 político sobre orçamento e sobre as prioridades de Governo. A democracia  
212 participativa precisava ser afirmada e o Conselho era parte do processo e  
213 queriam ser sempre chamados para uma participação preponderante nas  
214 decisões e deliberações do Governo Federal. O senhor Antonio esclareceu que  
215 o que faltou foram discussões nos Conselhos, como mudou a metodologia já  
216 chegaram lá meio vendidos e que realmente teriam que reafirmar a importância  
217 de estar discutindo antes no Conselho para que o Conselho soubesse  
218 realmente, de fato, o que estaria fazendo lá. O presidente Gabriel Medina  
219 reforçou que fizeram um grande esforço com a produção do documento  
220 Reflexões, pela CAP, que já indicava a possibilidade de incidir no debate do  
221 orçamento e na definição dos Ministérios. O documento foi o norte de  
222 orientação inclusive para intervenção no PPA, e dos compromissos também  
223 assumidos pelo Governo da participação do Conselho. Passou então, a palavra  
224 para a senhora Rebeca Ribas. A senhora Rebeca Ribas complementou  
225 dizendo que além da CAP que teve uma representação em termos de números  
226 maior que as outras Comissões, tiveram representação também das outras três  
227 Comissões no grupo e a indicação do Fórum, que na verdade o Fórum  
228 Interconselhos teve foco no PPA, mas ele não se restringia a um evento  
229 específico. Então, a ideia era que o Fórum se constituísse como um espaço de  
230 discussão e de monitoramento do PPA. Esclareceu que no primeiro momento

231 tiveram uma participação mais ostensiva da CAP, que precisavam pensar  
232 direito o que compunha o grupo que ficava na interlocução, o que era muito  
233 estratégico. Revelou que o primeiro encontro foi muito confuso porque era o  
234 momento de se incidir teoricamente nas macro estratégias, em um desenho  
235 mais geral do PPA, que na verdade o desenho já estava acontecendo, os  
236 Ministérios e Secretarias já estavam fazendo um planejamento em cima do que  
237 estava dado e efetivamente não se tinha possibilidade de contribuição no que  
238 estava acontecendo. O presidente Gabriel Medina complementou dizendo que  
239 uma das prioridades da CAP era de construir um sistema de monitoramento e  
240 avaliação permanente das políticas, que a intervenção naquele momento,  
241 serviria para dar continuidade ao processo de monitoramento e  
242 acompanhamento que a CAP e buscava aprofundar a discussão sobre a  
243 construção de um sistema que pudesse ajudar a avaliar e monitorar as políticas  
244 públicas de juventude no Governo Federal. O senhor José Eduardo lembrou  
245 que a partir das falas do senhor Antônio e da senhora Rebeca, que na 24ª  
246 Reunião o Doutor Pedro Pontual, Diretor de Participação da Secretaria de  
247 Articulação Social, esteve no Conselho e apresentou o caráter da referida  
248 reunião. Justificou o pouco tempo entre a discussão e o PPA efetivamente  
249 enquanto documento, mas ressaltou a importância de fazer o primeiro debate.  
250 A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães corroborou com as informações  
251 que o senhor José Eduardo passou em relação à metodologia do PPA, pois ela  
252 seria nova tanto para o Governo quanto para a sociedade em geral e a  
253 mudança foi justamente para facilitar o processo de controle social e dar mais  
254 transparência para facilitar o monitoramento da política em execução e não  
255 simplesmente do orçamento composto em uma planilha imensa. Houve um  
256 processo de construção do PPA, mas o foco também era facilitar esse  
257 acompanhamento tanto por parte do Governo quanto por parte da sociedade  
258 civil, porque a dificuldade não era somente da sociedade civil em acompanhar  
259 a execução, era também do próprio Governo na proposta de PPA antiga. De  
260 posse do turno da fala, o senhor Euzébio Jorge Silveira de Souza falou sobre o  
261 Seminário que o CEMJ realizaria em novembro do corrente ano, Legado dos  
262 Megaeventos Esportivos para a Juventude. O seminário era para colocar em  
263 pauta a discussão sobre a questão do legado social desses megaeventos que  
264 estariam sendo pautados pelos meios de comunicação, pelas grandes

265 construtoras brasileiras levando em consideração apenas os legados de  
266 infraestrutura. Que estavam fazendo uma discussão com alguns  
267 pesquisadores, inclusive da USP e da UNICAMP e outros pesquisadores  
268 ligados a algumas instituições ligadas ao esporte para conseguir constatar os  
269 levantamentos de quais eram os legados, o que poderia ficar para a sociedade  
270 de saldo desses megaeventos. Convidou a todos os presentes e as instituições  
271 para participarem de cinco reuniões que iriam acontecer na USP e na  
272 UNICAMP e que posteriormente enviaria a pauta. A senhora Elisangela Lizardo  
273 de Oliveira convidou a todos e todas, para participarem do Congresso da União  
274 Brasileira de Mulheres, que iria ocorrer de 10 a 12 de junho, na cidade de Praia  
275 Grande, em São Paulo, com abertura no dia 10, na Câmara dos Vereadores de  
276 São Paulo, um Congresso que além de definir a nova política da entidade para  
277 os próximos anos, elegeria a nova diretoria, além de haver uma Conferência  
278 Livre de Juventude dentro do Congresso. O presidente Gabriel Medina  
279 agradeceu á senhora Elisângela e passou para a aprovação das moções. A  
280 senhora Elisangela Lizardo de Oliveira antes da aprovação explicou o que  
281 estava acontecendo com relação às bolsas de pesquisa de Mestrado e  
282 Doutorado no último período. Em maio do ano de 2010 a CAPES e o CNPq  
283 lançaram uma nota conjunta que permitia que os pós-graduandos que tivessem  
284 bolsa de pesquisa poderiam acumular vínculo empregatício, entendendo como  
285 uma medida que possibilitava especialmente a formação dos professores do  
286 ensino básico, que era a área de maior interesse de abrangência da referida  
287 política e também áreas tecnológicas, engenharias, área da saúde. A ANPG,  
288 nesse momento, se posicionou favorável a essa Portaria, desde que a mesma  
289 não fosse uma justificativa para a desvalorização da Bolsa. Em 2011, seria o  
290 terceiro ano que as bolsas de mestrado e Doutorado não tinham aumento.  
291 Continuou dizendo que houve apenas aumento das bolsas de iniciação  
292 científica, as bolsas PIBIC e as bolsas de pós-doutorado, lembrando que uma  
293 Bolsa de Iniciação Científica no Brasil atualmente era de R\$ 360,00 (trezentos  
294 e sessenta reais) na graduação, nas bolsas para o ensino médio que também  
295 eram os PIBICs Juniors, o valor era de R\$ 100,00 (cem reais). A CAPES  
296 lançou uma nota explicativa para os programas de pós-graduação dizendo que  
297 estava ocorrendo alguns abusos com o uso da Portaria, que a CAPES não  
298 permitiria que as bolsas fossem acumuladas para servidores públicos, em

299 especial de universidades públicas, em seguida foi enviada uma nota  
300 cancelando todas as bolsas de pós-graduação CAPES e CNPq para quem  
301 tinha vínculo empregatício, pedindo que o dinheiro fosse devolvido, causando  
302 uma confusão nacional. Foi feita uma audiência com o Presidente da Capes  
303 que disse que a medida foi tomada em sua ausência, mas que ele discordava  
304 da forma que as Portarias estavam sendo utilizadas e anulou o cancelamento  
305 de todas as bolsas. Esclareceu que alguns programas e pró-reitorias  
306 mantiveram a decisão de cancelamento das bolsas porque essa anulação foi  
307 feita através de uma entrevista do Presidente da CAPES que mantinha a sua  
308 posição de que o vínculo empregatício para quem tinha bolsa, não poderia ser  
309 anterior à bolsa e ele também não poderia ser para servidor público, por este  
310 motivo havia um grande movimento acontecendo com pressão nas agências de  
311 fomento, CAPES, CNPq, pró-reitorias, os pós-graduandos tentando se  
312 organizar através das APGs, das associações de pós-graduandos para impedir  
313 medidas jurídicas fossem tomadas e para impedir o desfacelamento das bolsas  
314 de pesquisa e da desvalorização da pesquisa no Brasil. Informou ainda que o  
315 presidente Gabriel pediu que fizessem uma moção para que fosse aprovada  
316 pelo CONJUVE. A senhora Elisangela Lizardo de Oliveira fez a leitura da  
317 moção aos presentes. Ao final da leitura, o presidente Gabriel Medina indagou  
318 se havia alguém que queria fazer alguma consideração. O senhor Nilton Lopes  
319 pediu a palavra e disse que aprovariam a moção, na verdade todos estavam  
320 estupefatos com as notícias, e que o que valia para aquela moção, valeria para  
321 todas as outras que precisavam apoiar, que as moções deveriam ter o peso de  
322 apoiar a causa e não necessariamente as entidades, apoiar a ação em si. A  
323 senhora Juana Nunes Pereira disse que a nota deveria se referir mais  
324 claramente e o problema eram os professores da educação básica, que a crise  
325 começou por causa deles. A pedido do presidente a senhora Juana Nunes  
326 Pereira aproveitou a oportunidade da fala e se apresentou como novo membro  
327 do Conselho, falando um pouco de sua trajetória. Revelou que estava  
328 preocupada com sua própria tarefa em relação à questão da educação básica,  
329 porque era a diretora de educação do Ministério da Cultura, que o Governo  
330 Federal estava empenhado em valorizar o professor da educação básica e era  
331 uma contradição a Capes cortar uma bolsa que estava valorizando e  
332 estimulando os professores. O presidente Gabriel Medina perguntou à senhora

333 Elisângela, se poderia incorporar as considerações. Complementou que na fala  
334 do senhor Nilton era só para indicar que na verdade o apoio era à causa, mas  
335 achava que poderiam dizer que as questões e o tema vieram a partir da ANPG,  
336 ou seja, reforçaria e valorizaria a iniciativa da ANPG na nota, que eram  
337 solidários aos bolsistas e obviamente colocariam que isso foi trazido pela  
338 ANPG, ou seja, não deixaria de mencionar. Queria saber se era tranquilo  
339 aceitar as observações e se fosse tranquilo a aprovaria depois e mudariam  
340 somente a redação, depois fariam uma leitura ao final da reunião. A senhora  
341 Elisângela Lizardo de Oliveira esclareceu que concordou com as duas  
342 sugestões, mas disse que a preocupação do professor Jorge, era exatamente  
343 em manter as bolsas para quem tinha vínculo com a educação básica, nesse  
344 sentido, não havia contradição. O que aconteceu segundo a Capes era que iria  
345 acontecer um levantamento e novas regras iriam ser estabelecidas e a ANPG  
346 era contra inclusive cancelar qualquer bolsa que tivesse sido concedida com as  
347 regras atuais, que se tivessem novas regras as novas Bolsas valeriam para as  
348 novas regras. A questão era que o objetivo da Capes era exatamente formar  
349 professores para a educação básica, mas vários técnicos de universidades  
350 públicas e professores de universidades públicas com salário consolidado,  
351 alguns já com título. Neste momento relatou tal fato como denúncia da Capes,  
352 tiveram preferência na seleção e na obtenção da bolsa como uma forma de  
353 complementação salarial e era isso que a Capes vinha combater. Continuou  
354 dizendo que o objetivo da bolsa de pesquisa era servir especialmente à  
355 juventude que estava se formando e nos casos específicos concordava  
356 plenamente com a formação do ensino básico, mas ela não deveria servir  
357 como uma complementação salarial de técnicos universitários ou de qualquer  
358 área da formação. O presidente Gabriel Medina sugeriu que ficasse também  
359 orientada a aprovação da nota às alterações pontuais para a submissão da  
360 aprovação. A senhora Káthia Dudyk falou sobre a polêmica com relação à  
361 publicação do MEC, Por Uma Vida Melhor, que era o Livro da Ação Educativa.  
362 Continuou sua fala realizando a leitura de parte do livro que naquele momento  
363 interessava. O senhor Ismênio Bezerra considerou que há duas semanas o  
364 Ministro da Educação fundou a UNILAB, a Universidade Luso Africana do  
365 Ceará e logo em seguida houve reunião dos secretários do Fórum Nacional de  
366 Secretários de Educação, que ficou de dar um parecer sobre a questão porque

367 eles não chegaram a um consenso. Se fosse o caso, que pensassem o Fórum  
368 Nacional de Secretários de Educação, que era quem determinava em último  
369 grau se os livros seriam utilizados nos Estados ou não, que o Conselho  
370 pudesse estar presente na reunião, discutindo com o Fórum de Secretários de  
371 Educação, as questões que envolviam o livro. Não havendo nenhum inscrito, o  
372 presidente Gabriel Medina tomou o turno da fala e enfatizou que muito embora  
373 considerasse a colocação, era importante estabelecer o diálogo com o Fórum,  
374 era importante aprovar a nota naquele dia. O senhor Ismênio Bezerra justificou  
375 que o próprio Ministro disse publicamente que não tinha lido a obra. Esclareceu  
376 que sua sugestão iria muito mais de encontro ao fato de que o Governo  
377 resolveu repensar. Não que teriam que seguir o encaminhamento que eles  
378 iriam tomar, sua preocupação foi no sentido de poder dialogar que até os  
379 membros do Conselho se apropriarem da obra para emitirem um parecer. O  
380 presidente Gabriel Medina solicitou então que houvesse acordo para  
381 aprovação. A senhora Keila disse que teriam que ter uma posição mesmo de  
382 aprovação. O presidente agradeceu a intervenção da senhora Keila e indagou  
383 a todos se poderiam aprovar a nota. Não havendo contestação, a nota foi  
384 aprovada por aclamação. O presidente Gabriel Medina prosseguiu iniciando a  
385 discussão sobre o Kit Anti Homofobia. Informou que havia uma nota sobre a  
386 recente proibição do Governo de continuar com o Projeto Escola Sem  
387 Homofobia, principalmente referente aos vídeos que foram produzidos. Havia  
388 uma nota apresentada pelo Movimento LGBT do Conselho a respeito e o  
389 Conselho estava se posicionando favorável à referida política. O senhor  
390 Alessandro Melchior Rodrigues falou sobre a questão do Kit, disse estarem  
391 todos perplexos pela suspensão do mesmo porque o Kit não foi uma iniciativa  
392 do Governo Federal, a origem do recurso do Kit Anti Homofobia, do projeto  
393 Escola Sem Homofobia era de emendas parlamentares de deputados de  
394 esquerda. Era uma demanda antiga do movimento e surgiu a partir da emenda  
395 parlamentar e se constituiu em uma pesquisa e o Kit era a segunda etapa.  
396 Todo processo foi acompanhado pelo MEC e o acordo feito foi de que após a  
397 produção do Kit e a liberação, aprovação, análise, pelo departamento  
398 específico do MEC, esse Kit seria reencaminhado, seria impresso e  
399 encaminhado para 6.000 (seis mil) escolas públicas do país. E partir daí já se  
400 percebia e começava a assustar porque na verdade não era um kit que seria

401 entregue para os alunos, era um Kit para trabalhar com estudantes do ensino  
402 médio e direcionados a professores para eles fazerem o trabalho em sala de  
403 aula e a suspensão, no entendimento do Movimento LGBT, era que o kit  
404 também não teria a eficácia toda no combate à homofobia porque sabiam,  
405 professor no Brasil era sobrecarregado e não havia nenhuma lei, nenhum  
406 projeto de lei que obrigasse o trabalho dos kits na sala de aula. A conclusão  
407 era que qualquer questionamento ao conteúdo do Kit que poderia ter sido feito  
408 durante todo o período, naquele momento, só fortaleceria a posição daqueles  
409 setores que conseguiram suspender o Kit. Em seguida, o senhor Alessandro  
410 Melchior Rodrigues realizou a leitura da nota para os presentes. O presidente  
411 Gabriel Medina abriu as inscrições para as considerações. O senhor José  
412 Eduardo pediu uma discussão da mesa no sentido de que avaliassem primeiro  
413 uma substituição da palavra genocídio da juventude negra, que o Governo  
414 Brasileiro procurava reconhecer de fato a alta mortalidade tanto dos jovens  
415 negros, como dos jovens em geral. A outra observação era de que o que  
416 tinham de defender não eram os kits propriamente, mas dar uma formação ao  
417 professor, que lhe permitisse trabalhar melhor a diversidade dentro do  
418 ambiente escolar. Complementou dizendo que o Governo Brasileiro, na  
419 expressão da Presidenta Dilma, não trazia uma negativa à importância da ação  
420 em defesa da homofobia, mas trazia uma escuta da sociedade que era diversa.  
421 A senhora Luciana Martinelli pediu mais explicações sobre a questão do  
422 genocídio da juventude negra, porque no Conselho se falava, se discutia, e se  
423 escrevia, e se pronunciava daquela forma. E se a moção era do Conselho  
424 Nacional de Juventude, ela gostaria que o termo permanecesse. O senhor  
425 Nilton Lopes contribuiu para ampliar a discussão, comentando a fala da  
426 senhora Luciana Martinelli. Disse que ela foi enfática em falar, mas queria  
427 discordar do senhor José Eduardo, pois o Governo realmente não utilizava o  
428 termo genocídio, o Conselho era feito pelo Governo e pela Sociedade Civil que  
429 inclusive acumulava muitos anos de discussão e de pensamento com relação à  
430 questão da mortalidade da juventude negra. Se preferiam utilizar o termo  
431 genocídio deveriam colocar em debate. Em relação ao Kit, acreditava que  
432 tinham que dar uma resposta à questão especificamente aos argumentos que  
433 foram colocados. O Sr. Sérgio Freitas destacou que a instituição que  
434 representava, Junta de Mocidade da Convenção Batista Brasileira, ainda não

435 havia pautado discussões sobre a questão do Kit e nada havia deliberado  
436 sobre o assunto. No entanto, o clamor naquele momento era sobre a proibição  
437 da liberação dos kits e por não ter debatido junto com sua organização e não  
438 ter tido acesso pleno a todos os materiais de orientação, manifestava-se contra  
439 a moção. Na sequência o Sr. Alexandre Piero ressaltou que, como Pastoral da  
440 Juventude, apoiava a nota, só sugeria no primeiro parágrafo ao invés de “por  
441 pressão de organizações”, poderia ser “por pressões de grupos”, pois, às  
442 vezes, não era a organização como um todo que estava falando, mas grupos  
443 que até atrapalham as organizações. Colocações corroboradas pelo Sr. Sidnei  
444 de Argolo que também se posicionava favorável à moção. O Sr. Pedro Grabois  
445 informou que sua instituição, a ABUB, não discutiu as questões do Kit, na  
446 verdade era quase que um silêncio. Desculpou-se pela omissão, enquanto  
447 ABUB, mas não poderia apoiar nem contestar a aprovação da moção, mas  
448 queria dizer que a ABUB estava aberta para discutir a questão com mais  
449 propriedade. Isto posto, o Sr. Gabriel Medina sugeriu que a moção sofresse as  
450 alterações propostas e ao final da tarde, submetessem ao Plenário para  
451 aprovação. Em seguida solicitou que fosse feita a leitura da nota do Pró-Jovem  
452 sobre a possibilidade de saída do Pró-Jovem da Secretaria Nacional de  
453 Juventude. Isso fragilizaria a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho  
454 Nacional de Juventude defendia que todos os jovens beneficiados pelo  
455 programa continuassem sendo beneficiados e não tivessem uma interrupção  
456 na sua trajetória educacional, na sua trajetória formativa por conta de uma  
457 decisão do Governo. Solicitou então que uma das presentes lesse o teor da  
458 Moção para que pudessem abrir as discussões a respeito do tema. Após a  
459 leitura a mesa seria aberta para discussões, o Sr. Ismênio Bezerra ponderou  
460 que nos últimos três anos o Estado do Ceará teve, na avaliação nacional do  
461 conjunto de universidades, a melhor execução física e financeira do Pró-Jovem  
462 Urbano, do Pró-Jovem campo, ficando em segundo, o Pró-Jovem adolescente  
463 e Pró-Jovem trabalhador. Retirar o Pró-Jovem da secretaria Nacional de  
464 Juventude o tornaria mais um programa do Ministério da Educação. Ressaltou  
465 acreditar que a posição do Conselho Nacional de Juventude tinha que ser mais  
466 forte, a defesa do Pró-Jovem era a defesa do jovem invisível. Somente o Pró-  
467 Jovem urbano e o Pró-Jovem campo conseguiam atingir esse público. O  
468 Conselho não poderia ficar omissos e perder de vista, pois, se o programa

469 saísse da Secretaria Nacional de Juventude, mesmo com os problemas que ele  
470 tinha, ele não seria nada no Ministério da Educação. O Sr. José Eduardo  
471 destacou que achava por bem reduzir o documento, devido sua extensão.  
472 Solicitou correção no que dizia respeito ao número de jovens atingidos pelo  
473 programa que não era de 50 milhões. O Sr. Emerson Silva Gomes ponderou  
474 acreditar que nenhum outro organismo, nenhuma outra secretaria ou nenhum  
475 outro ministério teria um olhar tão para dentro da juventude, tão para dentro da  
476 expectativa de um projeto como o Pró-Jovem, como a Secretaria Nacional de  
477 Juventude. Destacou que o Pró-Jovem era o carro chefe da Secretaria  
478 Nacional de Juventude, por isso acreditava que o pensamento do Conselho  
479 Nacional de Juventude deveria ser de não permitir a retirada do Pró-Jovem da  
480 Secretaria Nacional de Juventude, pelo contrário, manter na Secretaria  
481 Nacional de Juventude, de melhorar, de indicar quais eram os problemas  
482 encontrados para que pudesse haver um fortalecimento do programa. O Sr.  
483 Sidnei de Argolo, com o turno da palavra disse que dentro do contexto as  
484 dificuldades do Pró-Jovem eram realmente de investimento, era preciso investir  
485 mais dentro das instâncias do Pró-Jovem, investir mais na juventude, e se  
486 tirassem o Pró-Jovem Adolescente ou qualquer outro Pró-Jovem das instâncias  
487 que realmente faziam parte desse país, estariam realmente renegando a  
488 educação no país. Então, defendia totalmente o Pró-Jovem, porque percebia  
489 que era onde o jovem tinha espaço de se unir, não com a marginalidade, mas  
490 se unir em prol da educação, se unir em prol do meio ambiente e se unir em  
491 prol dos seus direitos. Por isso também expunha ali a sua indignação com a  
492 possibilidade de retirada do Pró-Jovem da Secretaria Nacional de Juventude. A  
493 Sra. Ângela Cristina Santos Guimarães parabenizou a nota, pois realmente, o  
494 Pró-Jovem não era a política nacional de juventude, mas como política  
495 inaugural e como atendimento a faixa da juventude, era fundamental. Ponderou  
496 que dentro do Governo Brasileiro estavam em processo de discussão, de  
497 readequação, de avaliação e atualização dos Pró-Jovem. Então, achava que a  
498 nota conseguia expressar bem isso. O Sr. Gabriel Medina destacou que  
499 deveria sair como uma Resolução, uma moção tinha um outro simbolismo que  
500 era muito mais para a apresentar para outros setores da sociedade uma  
501 posição do Conselho, agora, uma resolução exigia uma elaboração mais  
502 profunda, mais consistente, inclusive fundamentada em produções. O Sr.

503 Jobert Andrade discordava da colocação anterior, visto que a saída do Pró-  
504 Jovem da Secretaria Nacional de Juventude não era algo oficial, a mesa  
505 deveria apenas pautar discussões e se municiar caso fosse oficializada a  
506 retirada. Como encaminhamento o Sr. Gabriel Medina propôs que no texto não  
507 colocassem a questão de ficar na Secretaria, mas reforçassem a importância  
508 do programa ser coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude. Foi  
509 consenso entre todos que a nota saísse de pauta para ajustes e fosse  
510 novamente apresentada na parte da tarde da reunião para que pudesse ser  
511 submetida à aprovação. Dado o adiantado da hora o Sr. Gabriel Medina  
512 suspendeu os trabalhos e marcou horário de retorno para as 14h00. Retomados  
513 os trabalhos o presidente solicitou que pautassem os informes do Ministério do  
514 Meio Ambiente a respeito do dia mundial do meio ambiente, na sequência  
515 submeteriam a nota sobre o Pró-Jovem à apreciação de aprovação do  
516 Conselho. A Sra. Adriane Goldoni se apresentou, agradeceu a todos reforçou  
517 que faria o informe do Ministério do Meio Ambiente. Aproveitaria também para  
518 apresentar um pouco de um objetivo que o MMA estava conseguindo inserir  
519 especificamente para a pauta de juventude e meio ambiente dentro do  
520 Programa de Juventude. Questionou se todos observaram na proposta atual de  
521 Programa de Juventude para o próximo PPA que pelo menos na versão  
522 apresentada, no objetivo 03, o objetivo era consolidar processos participativos  
523 para a formação das juventudes brasileiras na implementação de políticas  
524 públicas que visassem a construção em sociedade socioambientalmente  
525 sustentáveis. Esclareceu que chegar àquele objetivo foi um trajeto, na verdade  
526 de 10 anos, que começou em 2003 com a 1ª Conferência Infanto-Juvenil de  
527 Meio Ambiente que sugeriu a criação de Conselhos Jovens de Meio Ambiente,  
528 e depois se tornaram os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Daí também que  
529 saiu a proposta das Comissões de Qualidade Indivíduo e Meio Ambiente nas  
530 Escolas e a movimentação foi encampada pelo MEC e pelo Ministério do Meio  
531 Ambiente que foram aplicando as políticas no seu dia a dia. Esclareceu que as  
532 ideias que surgiram da sociedade na Conferência, que tiveram o apoio dos  
533 Ministérios acabaram chegando com força na 1ª Conferência Nacional de  
534 Juventude, que trouxe como quarta prioridade a criação de um Programa  
535 Nacional de Juventude e Meio Ambiente, de uma Agenda 21 da Juventude e  
536 ambos com a participação da juventude tanto na sua elaboração quanto na sua

537 implementação, quanto no seu monitoramento. Com base na quarta prioridade  
538 começaram a trabalhar em grupo de trabalho interministerial, extraoficial, pois  
539 até aquele momento não haviam conseguido institucionalizar, o que não  
540 impediu que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e a  
541 Secretaria Nacional de Juventude, trabalhassem durante os últimos quatro  
542 anos na elaboração de um Programa Nacional de Juventude, exatamente para  
543 atender a essa quarta prioridade. Destacou que no ano de 2009 foi realizada  
544 uma consulta nacional dentro do 4º Encontro Nacional de Juventude, de um  
545 texto base já do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, essa  
546 consulta trouxe vários avanços ao desenho do Programa e então no final de  
547 2010 já se poderia ter uma ideia do Programa. No começo do ano de 2011  
548 receberam o desenho novo de PPA. O que restou que não poderiam mais  
549 entrar como um Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente porque os  
550 programas se tornaram programas temáticos, muito mais amplos do que seria  
551 um Programa Nacional de Juventude. Conseguiram assim, dialogando com a  
552 Secretaria Nacional de Juventude e com o Ministério da Educação a inserção  
553 de um objetivo dentro de um Programa Juventude. Destacou que o processo  
554 todo foi muito importante para se chegar aonde chegaram, só que isso também  
555 não garantia a implementação da política. Aproveitou para chamar os  
556 conselheiros ao debate, além de sua atuação enquanto conselheiros queria  
557 aproveitar também para fazer um chamamento para o momento de  
558 mobilização, especialmente para a 2ª Conferência Nacional de Juventude, para  
559 se redefinir o que precisava ser redefinido, para se reforçar o que precisava ser  
560 reforçado, inclusive a questão da pauta de juventude e meio ambiente e  
561 também para a Rio Mais 20, tentar reforçar um pouco o papel que a sociedade  
562 civil vai tinha na Rio Mais 20 porque o que tinha se desenhado, principalmente,  
563 era a pauta da economia verde. Por fim convidou a todos a participarem da  
564 Semana de Meio Ambiente, que estava acontecendo na Concha Acústica em  
565 Brasília, até o dia 10 de junho. Agradeceu o espaço e se colocou à disposição  
566 para eventuais questionamentos. O Sr. Gabriel Medina agradeceu a presença  
567 do Ministério do Meio Ambiente, representado na pessoa da Sra. Adriane  
568 Goldoni. Na sequência passou ao ponto de aprovação da nota sobre o Pró-  
569 Jovem. Após leitura da nota e esclarecimento nas mudanças do texto original,  
570 o Sr. Gabriel Medina ponderou que a mesa estava aberta para aprovação da

571 nota, não para discussões, visto que todas as discussões foram pautadas na  
572 parte da manhã da reunião. E a mesma foi aprovada. De imediato chamou para  
573 compor a mesa a Sra. Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude  
574 para que pudessem dar início às discussões sobre o PPA. A Sra. Severina  
575 Macedo agradeceu a acolhida e informou que falaria um pouco das ações e  
576 planejamentos da Secretaria Nacional de Juventude para o ano de 2011. A  
577 ação emergencial para a Secretaria chamavam de atualização da Política  
578 Nacional de Juventude, ou seja, o ano de 2011 seria um ano de discutir  
579 planejamento estratégico, definir as grandes linhas de ação, abrir canal de  
580 discussão com os Ministérios sobre as políticas em andamento e a proposição  
581 de novas ações, principalmente nos temas que já estavam em andamento, mas  
582 na proposição de diretrizes novas. Dentro dos programas em andamento citou  
583 o Programa Nacional, o programa de Banda Larga, Enfrentamento ao Crack,  
584 dentre outros. Destacou o debate do enfrentamento ao crack, a retomada do  
585 debate sobre as Estações da Juventude, o Fórum de Direitos que reunia treze  
586 Ministérios e tinha uma pauta mais voltada de fato para a consolidação dos  
587 direitos específicos. Lembrou que a Secretaria Nacional de Juventude tinha um  
588 assento dentro desse Fórum e estaria priorizando aquele espaço como polo  
589 também articulador da Política de Juventude dentro da agenda do Governo  
590 Federal, a comemoração do Ano Internacional da Juventude, da ONU e  
591 atualização do Pró-Jovem. Dentro do planejamento e reestruturação da  
592 Secretaria, além do planejamento estratégico, informou que a SNJ estava  
593 passando por um momento de reestruturação interna, de construção de  
594 organograma, de definição de tarefas, de atribuições e de construção de uma  
595 dinâmica de equipe que permita definir planejamento, monitorar planejamento e  
596 ter resultados concretos. Destacou também o fortalecimento do Conselho  
597 Nacional de Juventude e a principal ação no ano de 2012 seria a realização da  
598 2ª Conferência Nacional de Juventude. Como avanço da SJN considerou a  
599 abertura de um canal de diálogo com os Ministérios, a agenda muito favorável  
600 dentro da SEPPIR, a reunião com a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria  
601 de Direitos Humanos, encontros com Ministério da Cultura, Ministério das  
602 Comunicações, MEC, entre outros. O que levaria a uma articulação de uma  
603 ação integrada tanto da Política Nacional de Juventude quanto para a  
604 construção do PPA. Comemorou que o tema do enfrentamento à mortalidade

605 da juventude negra ganhou uma centralidade bastante importante dentro da  
606 SEPPIR, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, e a proposta era que isso  
607 entrasse como um dos eixos do Fórum de Direitos e Cidadania. Informou da  
608 instituição de um grupo de trabalho entre Governo e movimento social do  
609 campo para avançar na elaboração das diretrizes em relação á juventude rural,  
610 pois não foi possível responder todas as questões que o movimento social  
611 apresentou na pauta, no processo de negociação somente. Que o Ministério da  
612 Cultura abriu um canal bastante importante para a Secretaria discutir também a  
613 avaliação e a atualização do Cultura Viva. Sobre o Pró-Jovem informou Pró-  
614 Jovem Urbano era uma tecnologia que tinha dado certo do ponto de vista da  
615 proposta de um programa que juntava participação, informação cidadã, que  
616 juntava qualificação profissional e elevação de escolaridade. Havia de fato uma  
617 avaliação e que o Pró-Jovem Urbano era um das quatro modalidades que  
618 precisava ser mais apropriada pelo todo do Governo, inclusive que ele devia  
619 servir de subsídio para tentar contaminar no bom sentido a educação de jovens  
620 e adultos e o sistema educacional que trabalhava com jovens em uma  
621 perspectiva de um olhar mais claro sobre esse segmento da população e que  
622 ele devia ganhar escala e ter uma articulação mais forte ainda através do  
623 sistema educacional que entre para outras áreas do Governo e fizesse esse  
624 diálogo para dentro de outras áreas do Governo, especialmente do MEC. Então  
625 a decisão da presidenta Dilma era de que o Pró-Jovem devia ser apropriado  
626 pelo MEC como uma política que fosse de fato inserida nas demais ações do  
627 Ministério e que era preciso então de fato fazer o debate de como vai se dar a  
628 relação e em que período se daria a transição. O Sr. Ismênio Bezerra lamentou  
629 a saída do Pró-Jovem da Secretaria Nacional de Juventude, diante do fato  
630 sugeriu que no manifesto do Conselho Nacional de Juventude fizessem a  
631 defesa do Pró-Jovem na Secretaria Nacional, porque o prejuízo na verdade  
632 seria para os invisíveis que continuariam sendo invisíveis a exemplo do Brasil  
633 Alfabetizado. O Sr. Josbertini Virgínio disse não concordar com a posição de  
634 transição do Pró-Jovem visto que não foi dialogado, contradizia totalmente com  
635 a fala do Ministro quando da posse, que colocou que o Pró-Jovem ficaria.  
636 Inclusive foi motivo de aplausos no dia e achava acachapante, um desrespeito  
637 a posição em nenhum momento ter sido dialogada com o Conselho. O Sr.  
638 Paulo Vinícius ponderou que não era fácil estar na situação da Secretária, mas

639 elogiava a fidelidade com que trazia de maneira ativa a posição. No entanto,  
640 queria dizer que a Secretaria Nacional de Juventude poderia contar com, pelo  
641 menos no que se referia à CTB, com a solidariedade porque o importante era  
642 fortalecer a Secretaria Nacional de Juventude, fortalecer os programas que  
643 pudesse desenvolver, fortalecer o seu papel dentro do Conselho. Porém, seria  
644 difícil encontrar outra interpretação da saída do Pró-Jovem para o MEC que  
645 não fosse a interpretação de esvaziamento e de perda de atribuições e papel  
646 da Secretaria no que se referia a um programa que de fato avançou e  
647 conquistou um espaço. Ao passo que o Sr. Marc Emmanuel destacou que  
648 achava um equívoco retirar o Pró-Jovem da Secretaria, pois no Ministério da  
649 Educação o Programa poderia perder o viés de importância que tinha para a  
650 juventude. Ressaltou que o JPMDB se colocava à disposição para apoiar a  
651 Secretaria. O Sr. Jobert Alves corroborou as falas anteriores e reforçou que era  
652 lamentável a transição. Em nome da JSB repudiava, mas ao mesmo tempo  
653 estava ainda propondo que pudessem reconstruir, fortalecer e, quem sabe,  
654 chamar o Ministro Gilberto Carvalho através da Secretaria Nacional de  
655 Juventude para que pudessem efetivamente não como Conselho Nacional de  
656 Juventude, mas com sua autonomia, travar esse debate. Ponderou que se não  
657 conseguiram pactuar a juventude em alguns processos importantes, ainda  
658 tinham tempo de poder construir, defender a política nacional de juventude e  
659 tentar ultrapassar a crise que seria inevitável. Por fim colocou sua instituição à  
660 disposição ainda para tentar quem sabe chamar o Ministro e poder convencer a  
661 repactuar, mostrando que o caminho certas vezes podia ser reajustado em  
662 nome da juventude brasileira. Terminadas as considerações no que tangia à  
663 notícia de saída do Pró-Jovem da gestão da Secretaria Nacional de Juventude  
664 a Sra. Severine Macedo pediu a palavra para também fazer considerações.  
665 Ponderou que aquele sentimento de perda, exposto em todas as falas,  
666 acreditar que não se tratava de fato de uma perda, mas sim uma enorme  
667 oportunidade para a política de juventude não ser vista apenas como um  
668 programa, um carro chefe e a Secretaria ter condição de ter uma intervenção  
669 mais ampla em vários temas, em vários segmentos, propor outras políticas e  
670 não abrir mão de todo o processo da política nacional de juventude. Destacou  
671 que o Pró-Jovem teve um peso tão grande, tão forte na ação da política  
672 nacional que horas ele era confundido inclusive com a própria política e não

673 visto como um programa que devia compor uma política mais ampla de  
674 juventude. Então, no entendimento da SNJ a saída do Pró-Jovem não  
675 representava o esvaziamento da Secretaria porque o debate que havia com a  
676 Secretaria Geral, com os demais Ministérios, com o Ministério do Planejamento  
677 era de que a Secretaria precisa sim, garantir o fortalecimento do seu papel  
678 articulador da Política de Juventude. Considerou que o PPA vinha na  
679 perspectiva de não ser um emaranhado de ações pontuais para ter um olhar  
680 mais de integração da política. Ponderou que a Secretaria não iria deixar de ter  
681 um papel na execução do Pró-Jovem, continuaria tendo um papel mesmo o  
682 programa sendo executado pelo MEC e a proposta não estava pactuada com o  
683 Ministério porque toda a discussão de abertura, de como funcionaria, estava  
684 sendo feita, por isso era um momento propício inclusive para ter uma ação  
685 mais organizada no Conselho. uma outra sugestão era de que de fato a  
686 Secretaria conseguisse ampliar o seu caráter de produção de conhecimento de  
687 diretrizes, de dados, de informação e de subsídio para a política de juventude  
688 do Governo, para isso era preciso que pautassem a discussão do observatório  
689 da Juventude. Outro instrumento importante era o Estações da Juventude, pois  
690 este garantiria o papel executor e finalístico da Secretaria, mas sem construir  
691 um programa pesado que consumisse toda a energia da Secretaria e assim  
692 não conseguissem fazer toda a articulação necessária. Junto com isso a  
693 construção do Observatório e a realização de ações e políticas setoriais. Então  
694 isso não se perderia a capacidade executora, não pesava a gestão da  
695 Secretaria do ponto de vista de um único Programa e abria a partir de algumas  
696 ações a possibilidade de uma real integração da política de juventude na ponta.  
697 Esclareceu que o Pró-Jovem Urbano, era o único programa que se manteria  
698 como Pró-Jovem, havia um reconhecimento da importância do programa e de  
699 como ele deu certo, mesmo reconhecendo que tinha muito problema para  
700 garantir as metas, problemas para garantir a execução e isso tudo precisava  
701 ser revisto, mas o reconhecimento do papel do programa era tão forte que era  
702 o único programa que se mantinha de fato como Pró-Jovem. Concluiu dizendo  
703 que o Pró-Jovem iria para o Ministério da Educação com uma perspectiva de  
704 fortalecer ainda mais a relação no sistema educacional com a perspectiva de  
705 fato de ser uma tecnologia apropriada e assim, ampliar a escala e o acesso ao  
706 Programa. Sugeriu que, para encaminhamento, além das reuniões mais

707 permanentes com as coordenações das Comissões permanentes, a construção  
708 dentro do cronograma da transição do Pró-Jovem. Sobre o PPA esclareceu  
709 que o que seria apresentado posteriormente pelo Sr. Bruno Vanhoni não era  
710 algo consolidado e completo ainda, tinham tempo para avançar na elaboração,  
711 já haviam sido incorporadas algumas sugestões do Conselho dentro da nova  
712 versão e seria possível abrir um pouco o debate a proposta. Por fim agradeceu  
713 o espaço e a disponibilidade de todos. Na sequência o Sr. Gabriel Medina  
714 solicitou que o Sr. Bruno Vanhoni compusesse a mesa para explanação sobre  
715 o PPA. O Sr. Bruno Vanhoni informou que na semana anterior àquela houve  
716 realização de uma reunião com as coordenações das Comissões onde foram  
717 sugeridas algumas coisas para o PPA, outras consolidadas, outras ainda não.  
718 Ressaltou que aquela era a primeira vez que o tema juventude entraria no  
719 PPA. Informou que a proposta estava estruturada em três objetivos, coordenar,  
720 articular e promover e políticas públicas de juventude e consolidá-las com  
721 política de Estado, reconhecendo os jovens como sujeito de direitos, visando a  
722 emancipação e autonomia das juventudes, integrando ações. Esclareceu que o  
723 PPA era composto de um macro desafio, programa, objetivo, iniciativa e meta,  
724 partindo do mais amplo e especificando ao final nas metas. Na sequência leu  
725 os objetivos, iniciativas e metas da proposta de PPA. Após leitura informou  
726 ainda estavam em articulação por consolidar iniciativas e metas com o  
727 Ministério das Comunicações, com Ministério da Cultura, Ministério da Saúde,  
728 Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Ministério do  
729 Desenvolvimento Agrário. Por fim agradeceu a atenção de todos. Na sequência  
730 o Sr. Gabriel Medina abriu a mesa para discussões. A Sra. Rebeca Ribas  
731 ponderou que, na verdade não seria o momento para a gente fazer o debate do  
732 planejamento, mas seria o momento de compartilhar, saber e pensar dali para  
733 frente já que o processo anterior não conseguiu estar junto e, pelo menos  
734 assim, tivessem condição de ajustar a questão do monitoramento e pudessem  
735 estar mais próximos da execução. O Sr. Alexandre Ribas lamentou a forma  
736 como estava se dando a comunicação dentro do Governo sobre as alterações  
737 no PPA. Esclareceu que o processo de elaboração do PPA deveria ter uma  
738 reunião com o Ministério do Planejamento, que não havia acontecido e a  
739 proposta apresentada diferia da última proposta discutida. A Sra. Luciana  
740 Martinelli questionou como a Secretaria Nacional de Juventude estava

741 concebendo a participação do Conselho Nacional de Juventude na construção  
742 do PPA. Lembrou que acompanhava alguns Ministérios e em alguns  
743 Ministérios o processo incluía como processo de construção do PPA a  
744 participação e a validação no mínimo no seu Conselho Nacional referente.  
745 Enfatizou que havia na proposta uma série de questões que não era só de  
746 mérito, mas técnico, que deveriam ser tratadas por uma questão técnica,  
747 evitando assim uma dupla interpretação política. O Sr. David Almeida  
748 questionou o fato de não ter visto na proposta nada com relação a  
749 acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência na educação, na saúde,  
750 no esporte, no trabalho. Ainda como era vista a questão da pessoa com  
751 deficiência, acessibilidade e inclusão no PPA. O Sr. Marc Emmanuel ponderou  
752 a falta no plano de onde seria encaixado o novo programa carro chefe que a  
753 Secretaria pensaria articular. O Sr. Nilton Lopes lembrou que foi construído a  
754 duras penas pela CAP o documento Reflexões que apresentava inúmeras  
755 propostas que foram feitas não só pelos conselheiros, mas por outros  
756 representantes de outros segmentos e não via contemplado o documento na  
757 proposta apresentada. Com o turno da fala o Sr. Bruno Vanhoni esclareceu que  
758 estavam ali abertos para qualquer sugestão que viesse do Conselho a fim de  
759 poder sanar todas as dificuldades e poder produzir uma dinâmica que fosse  
760 saudável e que contemplasse as relações do CONJUVE e da Secretaria. A  
761 única dificuldade havia até aquele momento era a de estabelecer qual era o  
762 fluxo, qual era o espaço, quem eram as pessoas que participavam e como  
763 poderiam fazer isso. Com relação à questão da acessibilidade estavam na  
764 dependência de retorno de diversos Ministérios com relação a política setoriais,  
765 por isso tinha como trazer para uma proposta que contemplasse as diversas  
766 dimensões da juventude e os diversos segmentos, recortes dentro da  
767 juventude. Lembrou ainda que aquela não era uma proposta fechada. A Sra.  
768 Luciana Martinelli sugeriu então uma reunião intermediária antes da finalização  
769 e que tivessem um rito de passagem não só simbólico, uma reunião talvez até  
770 ampliada, onde convidassem mais gente para o pleno do CONJUVE para a  
771 apresentação do PPA por conta da Secretaria Nacional. O Sr. Gabriel Medina  
772 ponderou que estava um descompasso e uma incapacidade conduzir o  
773 processo de forma coletiva. Lembrou que o documento Reflexões, foi entregue  
774 à Secretaria para que fosse alvo de análise de todos os Ministérios, inclusive

775 da própria Secretaria Nacional de Juventude, por isso era importante que a  
776 SNJ colocasse a participação do Conselho como estratégica para elaboração  
777 da sua peça. Precisavam indicar aqui uma reunião extraordinária, porém talvez  
778 tivessem dificuldade para viabilização da reunião, então, no mínimo que a  
779 pudessem ter uma reunião da Mesa Diretora com os coordenadores e a CAP  
780 onde as considerações pudessem ser absorvidas. O Sr. José Eduardo  
781 enfatizou que a ideia de reunir o pleno era inviável. O Sr. Bruno Vanhoni  
782 ponderou que não era necessário todo aquele clima de desconfiança de que  
783 estavam escondendo alguma coisa. Estavam apresentando o que tinha, claro,  
784 ainda insuficiente, entretanto ainda estava aberto a colaboração para melhorar.  
785 O Sr. Gabriel Medina reforçou a necessidade de um momento presencial para  
786 discussões acerca do PPA e que na reunião do dia seguinte a Mesa Diretora  
787 se reuniria para resolver as questões. De pronto passou a palavra para a Sra.  
788 Ângela Cristina Santos, para que a mesma pudesse fazer os informes sobre a  
789 2ª Conferência Nacional de Juventude. A Sra. Ângela Cristina Santos  
790 Guimarães informou que no dia 15 de Abril de 2012 foram aprovadas as  
791 representações da CONJUVE e as representações da sociedade civil do  
792 CONJUVE na Comissão Organizadora Nacional. No dia 18 de abril foi  
793 publicado o Decreto da Presidente Dilma reafirmando a convocação, mas  
794 mudando a data da Conferência para 09 a 12 de dezembro de 2012. No dia 04  
795 de maio, na primeira reunião da CON, foi aprovado o regimento interno e uma  
796 primeira Resolução referente à às Conferências Estaduais. Apresentou a todos  
797 a logo da Conferência, Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil, 2ª  
798 Conferência Nacional de Juventude. Informou que a CON também conseguiu  
799 garantir com a Secretaria de Comunicação a produção de cartazes, de  
800 panfletos, do banner do fundo de palco, de uma série de filminhos para serem  
801 utilizados em mídias não pagas, falando sobre a Conferência. Informou que no  
802 dia 08 de junho haveria uma reunião com todos os gestores estaduais na  
803 intenção de tirar dúvida, ouvir proposições, poder tirar o máximo de proveito  
804 daquele momento de interlocução mais direta com gestores e gestoras que  
805 estavam na ponta para que pudessem fazer daquele processo de Conferência  
806 um grande e amplo processo participativo. Lembrou que na perspectiva de  
807 intensificar os trabalhos, no dia 26 de maio, na segunda reunião da CON houve  
808 um bom debate sobre a Conferência e foi possível pela indicação dos

809 representantes da Comissão Organizadora Nacional para as Comissões dos  
810 Estados porque segundo o regimento a Comissão Organizadora indicava uma  
811 representação para fazer parte de cada uma das COEs. Isso ampliou e muito o  
812 número de pessoas envolvidas completamente na construção da Conferência.  
813 O Sr. Gabriel Medina agradeceu os informes da Sra. Ângela Cristina Santos  
814 Guimarães. Em seguida lembrou a todos que ficaria pendente a aprovação de  
815 duas moções, mas pelo adiantado da hora fariam na reunião do dia seguinte.  
816 Convidou a todos a participarem do lançamento da 2ª Conferência Nacional de  
817 Juventude. Por fim agradeceu a todos pela disponibilidade e principalmente a  
818 qualidade dos debates e encerrou a reunião solicitando uma salva de palmas.  
819  
820